

2ª REUNIÃO PREPARATÓRIA **XIII ENCONTRO NACIONAL** **DO PODER JUDICIÁRIO**



Poder
Judiciário



CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Poder Judiciário
Conselho Nacional de Justiça

Presidente: Ministro Dias Toffoli
Corregedor Nacional de Justiça: Humberto Eustáquio Soares Martins
Conselheiros:
Aloysio Corrêa da Veiga
Maria Iracema Martins do Vale
Márcio Schiefler Fontes
Fernando César Baptista de Mattos
Valtércio Ronaldo de Oliveira
Francisco Luciano de Azevedo Frota
Maria Cristiana Simões Amorim Ziouva
Arnaldo Hossepian Salles Lima Junior
André Luis Guimarães Godinho
Maria Tereza Uille Gomes
Henrique de Almeida Ávila

Secretário-Geral: Carlos Vieira von Adamek
Secretário Especial de Programas, Pesquisas e Gestão Estratégica: Richard Pae Kim

Diretor-Geral: Johaness Eck

Organização:
Departamento de Gestão Estratégica (DGE)
Fabiana Andrade Gomes e Silva
Gabriela Teixeira da Cunha Lobo
Marcos Vinícius Silva Campos
Natascha Barreto de Almeida Rangel

SUMÁRIO

Introdução.....4
Solenidade de abertura.....5
Apresentação do Relatório Justiça em Números.....6
Apresentação dos Macrodesafios do Poder Judiciário.....7
Apresentação dos Resultados Parciais das Metas Nacionais 2019.....9
Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional.....10
Plenária Final.....12

Introdução

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, no dia 28 de agosto de 2019, a 2ª Reunião Preparatória para o XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário na sede do Tribunal Superior Eleitoral, em Brasília/DF.

O evento contou com a participação de presidentes dos tribunais, de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e das áreas de Gestão Estratégica.

A 2ª Reunião Preparatória teve como objetivo apresentar as propostas de macrodesafios para Estratégia Nacional 2021-2026; apresentar os resultados parciais das Metas Nacionais 2019; discutir e consolidar as propostas de Metas Nacionais e Metas Específicas pelos segmentos de justiça, bem como divulgar os dados do Relatório Justiça em Números 2019 (ano-base-2018) e debater seus resultados.

Ressalta-se que este Relatório tem o propósito de expor de forma resumida o que foi apresentado e debatido no evento. Para tanto, exhibe referências, links e imagens dos principais acontecimentos.

Solenidade de abertura

A mesa de abertura foi composta pelo Presidente do Supremo Tribunal Federal e do Conselho Nacional de Justiça, ministro Dias Toffoli; pelo Corregedor Nacional de Justiça, ministro Humberto Martins; pelo Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, ministro Aloysio Corrêa da Veiga; pelo Corregedor Geral da Justiça do Trabalho, ministro Lelio Bentes Corrêa, e pelo Conselheiro do Conselho Nacional de Justiça, juiz Fernando Mattos.

Com a palavra, o ministro Dias Toffoli agradeceu a presença de todos e enfatizou o objetivo da reunião, qual seja, a promoção do debate e a consolidação das propostas de metas nacionais do Poder Judiciário para o ano de 2020, bem como a apresentação do Relatório Justiça em Números 2019.

O ministro lembrou a proximidade do término do atual planejamento estratégico, em 2020, e comunicou que já se iniciou o processo de Revisão da Estratégia Nacional do Poder Judiciário, realizado de forma conjunta e participativa no âmbito da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

O ministro celebrou os números apresentados no Relatório Justiça em Números, uma vez que demonstraram que houve melhoria na prestação e da eficiência do Poder Judiciário nacional. O ministro Toffoli ressaltou também que, pela primeira vez em 15 anos, constatou-se redução do acervo total de feitos em tramitação no Judiciário, com resultados positivos em todos os segmentos de Justiça.

Segundo o ministro presidente, ao atuar na construção da estratégia nacional do Poder Judiciário 2021-2026, o Judiciário segue firme na rota do aperfeiçoamento da gestão judicial e no cumprimento de sua missão constitucional de prover justiça e cidadania para toda a nação brasileira, resguardando o ordenamento jurídico, restaurando o equilíbrio comprometido pelos conflitos e alcançando a paz social.



Mesa da Solenidade de Abertura da Reunião Preparatória

Apresentação do Relatório Justiça em Números

Posteriormente à solenidade de abertura, foi realizada a apresentação do Relatório Justiça em Números 2019 referente ao ano de 2018 pela diretora do Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), Gabriela Soares.



Apresentação do Relatório Justiça em Números

A diretora informou que o relatório está em sua 15ª edição, agregando informações em suas mais diversas formas, desde a parte processual até recursos humanos, financeiros, arrecadações, entre outros. Em seguida, a diretora apresentou os resultados do Relatório, que pode ser acessado pelo link: [Relatório Justiça em Números 2019](#).

Após, tendo em vista o encerramento do mandato do conselheiro Fernando Mattos no Conselho Nacional de Justiça, o ministro Humberto Martins prestou homenagem ao conselheiro, ressaltando sua trajetória e agradecendo sua contribuição ao Poder Judiciário.

Logo após, a Procuradora-Geral da República, Raquel Dodge, ressaltou a importância da Reunião Preparatória e salientou que o trabalho baseado em metas e indicadores tem trazido importantes benefícios na linha da eficiência, uma vez que o sistema de justiça tem trabalhado melhor e entregado decisões que veem contribuindo para a paz social no país. A Procuradora-Geral elogiou também a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) como uma métrica para entender como o Judiciário tem atuado na resolução de conflitos no Brasil.

Apresentação dos Macrodesafios do Poder Judiciário

Para a apresentação dos Macrodesafios do Poder Judiciário, foram convidados a compor a mesa o conselheiro Fernando Mattos, a conselheira Maria Tereza Uille, o conselheiro Henrique Ávila e o secretário especial de programas, pesquisas e gestão estratégica, Richard Pae Kim.

Com a palavra, o secretário especial Richard Pae Kim salientou a importância do planejamento para a justiça e para a sociedade, devendo ser desdobrado em metas, indicadores e projetos essenciais para a execução, acompanhamento e avaliação das estratégias.

Em seguida, o secretário afirmou também que a Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, por meio de seu Comitê Gestor Nacional, deu início ao processo de revisão da estratégia nacional para o ciclo 2021-2026, uma vez que as propostas de Macrodesafios são resultado de um processo de construção coletiva ainda em curso. O Secretário ressaltou que a proposta de Macrodesafios passará por consulta pública para só então ser submetida à aprovação dos presidentes dos órgãos do Poder Judiciário no XIII Encontro Nacional do Poder Judiciário.

Com a palavra, o conselheiro Fernando Mattos apresentou a proposta de Macrodesafios do Poder Judiciário para os próximos 6 anos, quais sejam:

- Agilidade e produtividade na prestação jurisdicional;
- Garantia dos direitos fundamentais;
- Enfrentamento à corrupção, à improbidade administrativa e aos ilícitos eleitorais;
- Prevenção de litígios e adoção de soluções consensuais para os conflitos;
- Consolidação do sistema de Precedentes Obrigatórios;
- Impulso às execuções fiscais, cíveis e trabalhistas;
- Aperfeiçoamento da gestão da justiça criminal;
- Fortalecimento do processo eleitoral;
- Fortalecimento da Política Nacional de Gestão de Pessoas;
- Aperfeiçoamento da Gestão Orçamentária e Financeira;
- Aperfeiçoamento da administração e governança judiciária;
- Fortalecimento da Estratégia Nacional de TIC e de proteção de dados; e
- Aperfeiçoamento da Política de Sustentabilidade.

Em seguida, o conselheiro Henrique Ávila discorreu a respeito de cada um dos macrodesafios propostos e frisou a proposta do Macrodesafio "Prevenção de litígios e Adoção de soluções consensuais para os conflitos", celebrando o aumento, nos últimos 3 anos, do número de centros judiciários de solução de conflitos. O conselheiro salientou ainda que a cultura de pacificação de conflitos na sociedade deve ser estimulada pelo Judiciário.

Com a palavra, a conselheira Maria Tereza Uille salientou a importância de se trazer como

Apresentação dos Resultados Parciais das Metas Nacionais 2019

Macrodesafio para o Poder Judiciário a Agenda 2030 das Nações Unidas, visto que a agenda se aplica a 193 países e possui metas e indicadores governamentais. Assim, a conselheira sugeriu a reflexão aos representantes dos tribunais no sentido de se pensar em uma meta estratégica voltada para esse tema.



Mesa de Apresentação dos Macrodesafios do Poder Judiciário

Compuseram a mesa para a apresentação dos Resultados Parciais das Metas Nacionais 2019, o ministro Aloysio Corrêa da Veiga e a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Andrade Gomes e Silva.

Com a palavra, o ministro Aloysio mencionou a mudança de paradigma feita pelo Judiciário ao atrair para a norma interna constitucional a razoável duração do processo. Para tanto, segundo o ministro, cabe ao Judiciário criar gestões estratégicas para que isso se realize. O ministro salientou ainda que a definição de metas e planos de trabalhos para juízes configura medida necessária para identificar as causas que levam à morosidade e ao atraso na prestação jurisdicional, para que políticas públicas sejam elaboradas em torno dessa atividade para melhorar a atuação dos juízes.

O ministro ressaltou que os órgãos do Poder Judiciário se reúnem anualmente para definir as metas e prioridades estratégicas para os anos subsequentes. Dessa forma, o processo de formulação de metas nacionais está em constante evolução. Destacou ainda que a gestão participativa foi incorporada, desde 2013, como uma importante parte do processo de formulação de metas, por meio da Rede de Governança Colaborativa.

Em seguida, a diretora do Departamento de Gestão Estratégica, Fabiana Gomes, apresentou os resultados parciais das metas referentes ao primeiro semestre de 2019, que podem ser acompanhados também em tempo real por meio do [Painel de Resultados das Metas Nacionais](#), disponível no portal do CNJ.

Reuniões Setoriais da Estratégia Nacional

As reuniões setoriais foram realizadas na tarde do dia 28 de agosto com o objetivo de discutir e consolidar as propostas de Metas Nacionais e Metas Específicas dos segmentos de Justiça, além de promover os ajustes finais e a validação pelos integrantes da Rede de Governança Colaborativa da proposta do segmento a ser apresentada na plenária.

Nas Reuniões Setoriais, estiveram presentes presidentes de tribunais e/ou representantes designados, além de integrantes da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário e assessores das áreas de gestão estratégica. Os trabalhos das setoriais foram conduzidos pelos coordenadores dos segmentos de justiça da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário, com a presença de conselheiros e o apoio técnico da equipe do Departamento de Gestão Estratégica.

Os segmentos de justiça e os demais participantes foram distribuídos em salas setoriais, da seguinte forma:



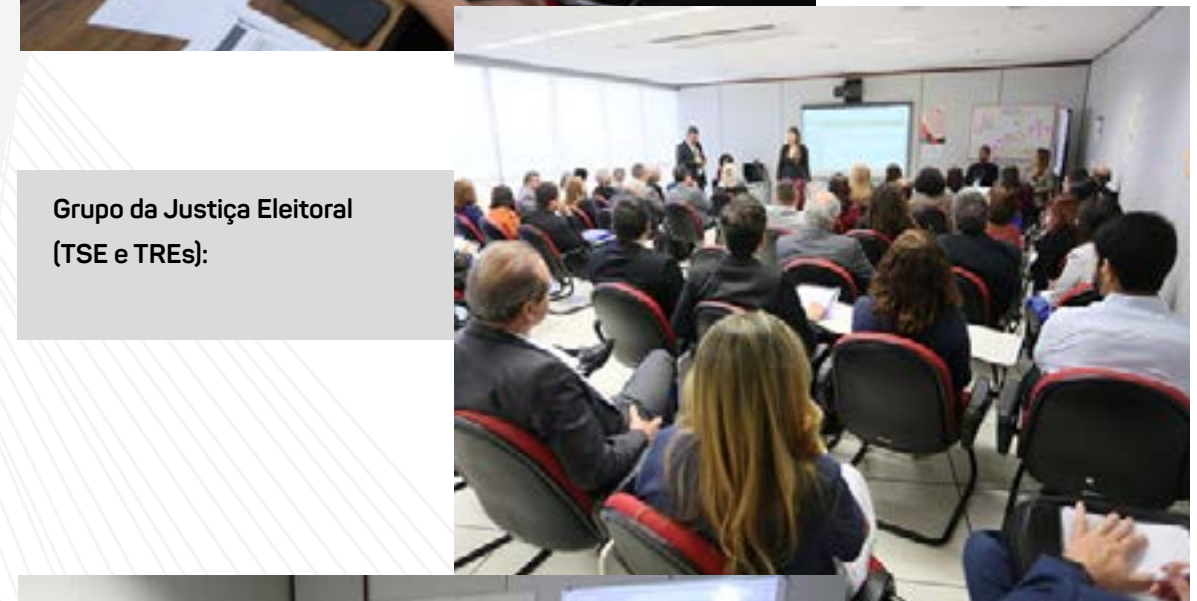
Grupo da Justiça do Trabalho
(TST, CSJT e TRTs):



Grupo da Justiça Federal
(STJ, CJF e TRFs):



Grupo da Justiça Estadual (TJs):



Grupo da Justiça Eleitoral
(TSE e TREs):



Grupo da Justiça Militar
(STM e Justiça Militar Estadual):

Após as deliberações, cada segmento elaborou apresentação com a síntese das propostas de metas para exposição em plenária, além de terem registrado, em ata, os principais fatos ocorridos durante a oficina de trabalho.

Plenária Final

Subsequentemente às reuniões setoriais, iniciou-se a Plenária Final. Compuseram a mesa de encerramento: o corregedor nacional de justiça, ministro Humberto Martins, o conselheiro Valtércio de Oliveira, o conselheiro André Godinho, o secretário-geral, desembargador Carlos Vieira Von Adamek, e a juíza-auxiliar da Presidência, Livia Cristina Marques Peres.

Com a palavra, o conselheiro André Godinho salientou a relevância da Reunião Preparatória como espaço para discussão e consolidação da proposta de metas nacionais e convidou os representantes dos segmentos de justiça para apresentarem os trabalhos realizados nas reuniões setoriais.

Após as apresentações de cada segmento, o ministro Humberto Martins destacou a importância da realização da 2ª Reunião Preparatória como evento impulsionador de uma Justiça mais efetiva. Por fim, o ministro afirmou que o Poder Judiciário está no caminho certo ao construir um Poder Judiciário eficiente, moderno, ágil, na defesa do interesse público, que atenda os anseios da sociedade.



Mesa Plenária Final

Durante a Plenária Final, os segmentos de justiça apresentaram os resultados dos trabalhos realizados nas reuniões setoriais.

SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

O arquivo com a apresentação da proposta de Metas Nacionais deste Tribunal pode ser acessado pelo link:

- [Proposta do Superior Tribunal de Justiça:](#)

Apresentação: Superior Tribunal de Justiça

TRIBUNAL SUPERIOR DO TRABALHO E JUSTIÇA DO TRABALHO

O arquivo com a apresentação da proposta de Metas Nacionais deste segmento pode ser acessado pelo link:

- [Proposta do Tribunal Superior do Trabalho e da Justiça do Trabalho:](#)

Apresentação: Tribunal Superior do Trabalho e Justiça do Trabalho

JUSTIÇA FEDERAL

O arquivo com a apresentação da proposta de Metas Nacionais deste segmento pode ser acessado pelo link:

- [Proposta da Justiça Federal:](#)

Apresentação: Justiça Federal

JUSTIÇA ESTADUAL

O arquivo com a apresentação da proposta de Metas Nacionais deste segmento pode ser acessado pelo link:

- [Proposta da Justiça Estadual:](#)

Apresentação: Justiça Estadual

JUSTIÇA ELEITORAL

O arquivo com a apresentação da proposta de Metas Nacionais deste segmento pode ser acessado pelo link:

- [Proposta da Justiça Eleitoral:](#)

Apresentação: Justiça Eleitoral

JUSTIÇA MILITAR

O arquivo com a apresentação da proposta de Metas Nacionais deste segmento pode ser acessado pelo link:

- [Proposta da Justiça Militar:](#)

Apresentação: Justiça Militar



Poder
Judiciário

CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA